

LITERATURA COMO RECRIAÇÃO DE PASSADOS NA RETOMADA DAS IDENTIDADES INDÍGENAS: ESCRITOS DE SINEIDE FRANCE MACUXI E O DIREITO À ANCESTRALIDADE

LITERATURE AS RECREATION OF THE PAST IN THE REAPPROPRIATION OF INDIGENOUS IDENTITIES: WRITINGS OF SINEIDE FRANCE MACUXI AND THE RIGHT TO ANCESTRAL HERITAGE

Kalina Vanderlei Silva ¹

RESUMO

Esse artigo busca discutir sobre como a Literatura assume uma função catártica para escritores indígenas em retomada ao lhes permitir recriar passados que lhes foram negados pelas opressões do colonialismo. Partindo das bases teóricas do movimento Literatura Indígena Brasileira Contemporânea, tomamos como ponto de partida o conto 'As Jovens Guerreiras Moroopai o Mundo dos Encantados' da escritora macuxi Sineide France Macuxi para discutir temas como: ancestralidade e identidades; a Ficção como contranarrativa à História eurocentrada; o papel político da literatura indígena contemporânea; e o direito à Ancestralidade e a um passado como inalienável aos povos indígenas.

Palavras-chave: Indígenas, Literatura, Ancestralidade, História.

ABSTRACT

This article seeks to discuss how Literature assumes a cathartic function for indigenous writers in the process of reclaiming their ancestral identities by allowing them to recreate experiences that were denied by the oppressions of colonialism. Reading from the theoretical bases of the Contemporary Brazilian Indigenous Literature movement, we start with the short story *The Young Warriors Moroopai the World of the Enchanted*, by the Macuxi writer Sineide France Macuxi, to discuss themes such as: Ancestry and identities; Fiction as a counter-narrative to Eurocentric History; the political role assumed by contemporary Indigenous Literature; and the right to Ancestry and Past as inalienable to indigenous peoples.

Keywords: Indigenous, Literature, Ancestry, History.

Introdução

¹ Livre-Docente pela Universidade de Pernambuco; Pós-Doutora em História Moderna, Contemporânea e da América pela Universidad de Salamanca; Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco; Professora Associada da Universidade de Pernambuco, Departamento de História/Campus Mata Norte, Programa de Pós-graduação Profissional em Rede de Ensino de História PROFHISTORIA-UPE e Programa de Pós-Graduação em Hebiatria-UPE; Coordenadora do GEHSCAL-UPE e Kmaikya-Histórias Indígenas (@kmaikya); Bolsista de Produtividade do CNPq. Email: kalina.silva@upe.br. Orcid: 0000-0002-8370-1894 Pesquisa financiada pelo CNPq.

A escritora potiguara Graça Graúna, em artigo sobre as leituras indígenas acerca da lei 11.645/08, traz uma reflexão sobre a relação intrínseca entre Literatura, Educação e Direitos Humanos tecida a partir tanto de seu lugar enquanto acadêmica, quanto de seu lugar enquanto escritora indígena (Graúna, 2011). Graúna é autora de uma obra multifacetada, preocupada com a compreensão da literatura indígena brasileira (Graúna, 2012), mas também tecelã de uma poesia que experimenta com formas como os haicais (Graúna, 2014) e que transpira a busca por afirmação identitária (Olivieri-Godet, 2017; Soares, 2021). Busca na qual ela não está sozinha, já que memória, ancestralidade e identidade são temáticas que perpassam as páginas de muitas escritoras indígenas: poetisas como Márcia Kambeba (2018), Auritha Tabajara (2018) e Trudruá Dorrico (2019) refletem a perda de seus territórios ancestrais na criação e recriação literária de suas identidades.

Mas, para além de reflexões pessoais, sua poesia, assim como outros gêneros da literatura indígena brasileira, tem um cunho político intrínseco e consciente (Souto, Alves, 2022), configurando-se como um importante veículo na luta pelos direitos indígenas, como é apresentado nos dois volumes do quase-manifesto artístico *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea* (Dorrico, Danner, Danner, 2018; Dorrico, Danner, Danner, 2020). Coorganizado por Trudruá Dorrico, esse compêndio conta com a colaboração de nomes como Eliane Potiguara, Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Auritha Tabajara, Cristino Wapichana, Márcia Kambeba, Olivio Jekypé e a própria Graça Graúna, na esteira de quem a literatura indígena brasileira se define em tons de instrumento de luta política e resistência cultural no século XXI.

Por sua vez, quanto às formas assumidas por essa literatura – uma vez que ela é escrita principalmente, ainda que não integralmente, em português – essas se enquadram em gêneros textuais reconhecíveis por leitores e instituições ocidentais, apesar de constantemente empurrar os limites de tais gêneros ao investir e insistir em diálogos com a oralidade e o audiovisual (Thiél, 2006; Silva, 2019). Diálogos criados a partir das cosmovisões próprias de cada povo, principalmente aquelas relativas à difusão e preservação de conhecimento. Nesse sentido é que a transcrição de narrativas de pensadores indígenas é reassumida como ferramenta de resistência depois de ter sido usada pelas Ciências do século XIX na apropriação e desapropriação dos saberes

indígenas e na caracterização dos mesmos como folclore (Smiths, 2018; Pachamama, 2020). Assim, a obra hoje clássica de Davi Kopenawa, transcrita pelo antropólogo Bruce Alberti, *A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami* (Kopenawa, Alberti, 2015), assume e manifesta essa função de reapropriação, com Kopenawa declarando o quanto a escrita, para ele, é meramente uma técnica subordinada à oralidade e um instrumento a ser usado na desconstrução das representações racistas sobre seu povo construídas pela própria Escrita (Mandagorá, 2020, p. 265-266).

Para o escritor e crítico maia Emil Keméh (Escalante, 2015, p. 13), entretanto, a literatura indígena não pode se resumir à oralidade, da mesma forma em que não pode ser apenas aquela escrita em línguas originárias. Keméh escreve tendo o território maia como locus, mas dialogando com literaturas indígenas do México, Peru, Chile, Colômbia, Guatemala e Brasil. Desse lugar, ao mesmo tempo em que fala na existência de um cânone literário indígena latino-americano (Escalante, 2015, p. 11), fala também na heterogeneidade das textualidades indígenas pelas Américas, enfatizando que o elemento que as une é serem obras de autores que “en primer lugar afirman un posicionamiento o locus de enunciación indígena en base a una identificación cultural, geográfica, lingüística (aun si éstos no hablan un idioma indígena) y/o política.”

Nesse sentido, a Literatura é relida por pensadores indígenas como ferramenta de luta política, com Keméh (Escalante, 2015, p.12) declarando tacitamente que “las textualidades indígenas, tanto en su estética como su contenido, expresan rigurosas críticas a los estado-nación modernos latino-americanos”. Por outro lado, ela não é a única, e foi sobre as mesmas linhas que o artista plástico e geógrafo macuxi Jaider Esbell criou os princípios da Arte Indígena Contemporânea (AIC), enquanto movimento artístico no qual artistas indígenas se apropriam de formatos típicos das artes visuais ocidentais como uma estratégia retórica para gerar empatia entre os não-indígenas e promover as pautas dos povos originários. Para Esbell, a quem não interessava nenhuma expressão visual que fosse caracterizada como “Arte pela Arte”, nenhuma arte separada do todo identitário, o papel do artista indígena seria sempre de militância: o papel do “artevista” (Esbell, 2016; Esbell, 2018). E se ele via a AIC como uma “armadilha para armadilhas” (Esbell, 2018), que funcionaria para enredar empatia entre os não-indígenas, podemos ver seu paralelo literário não apenas em Kopenawa, mas em

Márcia Kambéba (2018b, p. 44) que apresenta a literatura indígena como um “convite a desbravar o universo da cultura dos povos sempre com respeito e equidade”.

O eu-lírico militante da literatura indígena brasileira contemporânea estaria, assim, segundo Danner, Dorrico e Danner (2020, p. 210), investido de uma dupla natureza, ao mesmo tempo estética e política, que faz uso, inclusive, de perspectivas autobiográficas memorialísticas como recurso literário. Nele, haveria uma interseccionalidade entre “tradição comunitária ancestral”, reconstrução de si, resistência cultural e luta política. No conto *As Jovens Guerreiras Moroopai o Mundo dos Encantados*, da autora Sineide France Macuxi, encontramos essa intersecção manifesta no próprio ato de escrever enquanto autora indígena em retomada.

Sineide France Macuxi (Sineide Albuquerque do Nascimento France) é escritora, professora da Educação Básica, mestre e doutoranda em Educação, radicada em Pernambuco, mas em constante movimento para o território macuxi em Roraima. Enquanto educadora, seu trabalho tem privilegiado a construção de métodos didáticos de apresentação da literatura indígena a um público escolar não-indígena (France, 2024), tendo produzido um acervo virtual que disponibiliza textos literários a um amplo público: a *Indigenateca – Biblioteca Virtual Indígena* (Macuxi, Costa-Maciel, 2024). Por sua vez, enquanto escritora, seus contos estão entrecruzados pelos anseios já estabelecidos pela literatura indígena contemporânea: anseios de pertencimento, de conexão com a ancestralidade, de preservação de saberes e tradições. Mas em seu conto *As Jovens Guerreiras Moroopai o Mundo dos Encantados*, publicado em 2023 na obra coletiva afro-indígena experimental *Refração* (Macuxi, 2023), ela vai além e evoca tanto a circularidade temporal das cosmovisões indígenas, com o presente influenciando no passado, como a recriação pela imaginação de futuros que deveriam ser e passados que deveriam ter sido. Isso em uma escrita definida por seu lugar de retomada, que constrói/reconstrói vivências de uma infância macuxi por ela nunca realizada, obstaculizada pelo colonialismo.

Nesse sentido, o conto de Sineide dialoga com as premissas e formulações do Futurismo Indígena, mas não imagina futuros, e sim passados. Por isso, o que buscamos neste artigo é refletir sobre a criação de uma memória do que não houve, uma rememoração de uma vivência do que teria sido se a História colonial não houvesse

acontecido; sempre considerando que a Literatura é uma ferramenta potente na assertividade do direito ao passado e que nela o encantamento como política de escrita – parafraseando Simas e Rufino (2020, p. 07-08) – se faz sentir como a “capacidade de transitar nas inúmeras voltas do tempo, invocar espiritualidades de batalha e de cura”. Encantamentos invocados em *As Jovens Guerreiras Moroopai o Mundo dos Encantados*.

Então, para discutir essa criação de um passado como ato de imaginação libertadora partimos da leitura de autores indígenas que, embasados em epistemologias macuxi, maori, anishinaabe, potiguara, krenak, yanomami, kambeba, tecem filosofias de produção de conhecimento contra-ocidentais: a filósofa maori Linda Tuhiway Smith (2018), ao apontar as origens imperialistas das metodologias e teorias científicas ocidentais, convida pesquisadores/as a pensar novas abordagens que evitem o tratamento das culturas indígenas como meros objetos, e que considerem os saberes indígenas como base para a própria proposição de questões científicas e métodos de pesquisa. Também o intelectual e ativista krenak Ailton Krenak (2022, p.75) desafia a falácia das noções consideradas ‘universais’, tais como cidadania, apontando o quanto elas são, de fato, apenas parte do que chama de “repertório branco”. Um “universal” que é simplesmente “ocidental” e que quando posto em documentos e formulações que se querem universalizantes, tais como as dos Direitos Humanos, termina por contemplar saberes indígenas apenas como objetos e não como estruturas de pensamento que podem vir a fornecer bases legais para a elaboração de formas realmente universais (Silva, 2023).

Acreditamos, então, que a observação de construções literárias indígenas a partir dessa crítica permite uma revisão de noções ocidentais que são hoje naturalizadas na História, tais como a ideia de uma temporalidade linear. Noções que são contestadas por obras elaboradas dentro de diferentes culturas nas quais passado, presente e futuro existem em circularidade, e que dialogam, como o conto de Sineide Macuxi exemplifica, com movimentos como o Futurismo Indígena (Silva, 2025) e a Literatura Indígena Brasileira Contemporânea.

Recriação de Passado em *As Jovens Guerreiras Moroopai o Mundo dos Encantados*:

Revista de Letras Norte@mentos

19

Dossiê "Vozes identitárias da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária.", Sinop, v. 19, n. 57, p. 15-35, jun. 2026.

“Naquele dia tão ensolarado, o rio estava cheio, emanando muita força. As belas guerreiras iniciaram um dia com o banho de rio e tomaram café com beiju e mingau de buriti. Após o café, seguiram com jamanxin vazio em busca da mandioca, a fim de preparar a farinha, o beiju e o caxiri.” (Macuxi, 2023, p. 07).

Assim começa *As Jovens Guerreiras Moroopai...*, conto que tem como cenário a vida em uma aldeia macuxi e que transita entre vários gêneros considerados típicos da literatura indígena. Uma fábula que, como tanto dessa literatura, desafia a definição em gêneros ocidentais, podendo ser ao mesmo tempo infanto-juvenil, filosófico-pedagógica, relato memorialístico, ou não pertencer a nenhum desses gêneros já que, como nos lembra Thiél (2006, p. 192), “tendemos a transplantar para culturas extraocidentais noções como as de literariedade, gênero literário e periodização, as quais precisam ser problematizadas na análise da textualidade indígena em sua diversidade.” Então, podemos pensar esse conto como uma contranarrativa às narrativas colonialistas (Thiél, 2006, p. 201), não necessariamente ficção, não necessariamente memória, não necessariamente ensaio, mas uma escrita focada em construir uma revisão histórica a partir de sua “conexão com os ancestrais”, agindo para “ocupar um território para reinscrever a presença indígena na América” (Thiél, 2006, p. 225).

Nessa contranarrativa, a temporalidade ocidental linear é reescrita quando a autora reivindica sua ancestralidade e reinventa uma memória de uma infância que não houve, mas deveria ter ocorrido. Em entrevista concedida ao projeto *Kmaikya-Histórias Indígenas* (2025), ela declarou sobre o motor por trás desse conto:

“eu não vivi na comunidade, porque eu não nasci na comunidade, nasci em Pernambuco, mas o que é que eu fiz: a minha vivência, né, que eu tenho com minhas irmãs desde 2020 eu venho colocando aqui, escrevendo né nesse livro e na continuação dele; porque, assim, a experiência que eu tenho no rio, uma canoa é lá, no peixe, ver as piranhas, ver as arraias, vê os bichos que vivem na floresta, né, na mata.... eu vou colocando essas experiências, essa vivência, é, o ralar a mandioca, a vivência na comunidade, eu vou colocando nessas histórias; por isso que eu coloquei ‘as guerreiras moroopai’ que são eu e minhas irmãs vivenciando né como se fossemos crianças na comunidade. Então eu tenho muito carinho por ele por conta disso porque eu vou colocando na minha vivência como se eu fosse criança

eu volto, eu me coloco como mulher adulta né a minha vivência de mulher adulta, mas voltando como criança.”

Nessa fala transparece a relação entre busca identitária e reimaginação de passados: a autora, que nasceu longe do território do seu povo devido ao processo colonialista de desterritorialização de comunidades e indivíduos indígenas, buscou através de sua escrita criar uma vivência de como sua infância teria sido caso a história fosse outra; essa infância que ela não pode realizar é então reinventada a partir do presente.

Nesse sentido, sua escrita é reapropriação, devolvendo na ficção experiências e eventos que deveriam ter ocorrido na história. É uma escrita baseada em memórias atuais, sonhos e projetos; nisso dialogando com as buscas de muitos outros artistas em retomada e também com a fundamentação do Futurismo Indígena já que, ao tentar construir essa (re)criação, põe em prática aquilo que a autora e intelectual anishinaabe Grace Dillon (2012, p. 10) define como a volta ao eu (*return to self*) na qual escritores nativos-americanos rejeitam a bagagem traumática da colonização ao resgatarem tradições ancestrais. Além disso, ao mesmo tempo que “volta ao eu” com suas guerreiras, Sineide desenvolve uma poética que podemos ler a partir do que Dillon (2012, p. 03) define como *native slipstream*: ou seja, uma estratégia narrativa segundo a qual passado, presente e futuro fluem simultaneamente, opondo-se à linearidade da temporalidade ocidental e retomando temporalidades circulares e outras interpretações de tempo. Logo, seu conto reivindica a história ultrapassando noções ocidentais de gênero, entre ficção e memória, e que se não é atemporal ao menos é temporalmente circular: com suas únicas demarcações cronológicas sendo dia e noite e a repetição das atividades.

O tempo d’*As Jovens Guerreiras...* é, assim, em si uma contranarrativa à temporalidade ocidental que Eliane Potiguara (2022, p. 176) diz ser sinônimo de acúmulo. Segundo Potiguara, Tempo é o “momento em que se vive a vida, em que se constrói algo para si e para os próximos com amor e devoção”; é uma lista circular de vivências:

“corresponde ao período de gestação de uma criança no útero, ao balançar da cadeira de um idoso, ao intervalo de cura de uma

enfermidade, à germinação e desenvolvimento de um coqueiro, ao movimento das marés, aos ciclos da lua e do sol, ao pingar da lágrima.” (Potiguara, 2022, p. 179)

E é nesse Tempo que a trama das *Jovens Guerreiras...* começa em um “dia ensolarado” e segue acompanhando três protagonistas, jovens mulheres chamadas Sakuta, Wei e Tuna, em atividades descritas de forma a sugerir uma rotina diária na qual objetos típicos da cultura macuxi são inseridos: “Como de costume, iniciaram o preparo dos alimentos e o trato dos peixes que os homens haviam pescado, preparando a damurida rapidinho!” (Macuxi, 2023, p. 07). No ritmo diário repleto de ludicidade e afetividade, as jovens resolvem aproveitar o dia no rio, mas uma delas, Sakuta, mergulha muito fundo e termina por precisar ser resgatada por um guerreiro, Apo. Esse episódio, então, é usado como ferramenta didática para enfatizar a necessidade do respeito à natureza, principalmente quando é recontado e analisado na aldeia pelos mais velhos. Mas, após serem admoestadas pelos anciãos, as jovens voltam a suas atividades rotineiras, iniciando um novo ciclo diário, preparando mandioca com suas mães e voltando ao igarapé, felizes.

Assim, a ação se desenvolve em um tempo circular onde a aventura é apenas um episódio educativo, uma oportunidade de aprendizado acerca das correntes e fluxos da natureza. Nela, a autora coloca a moral da história, o respeito aos Encantados, aos anciões e aos ciclos naturais, dando ao conto uma função pedagógica na qual a Natureza é a professora: segundo Márcia Kambeba (2020, p. 90) é nessa “escola maior” que homens e mulheres indígenas aprendem o “bem-viver” com “cuidado, amor, unidade, solidariedade e educação”; todos esses elementos que vemos imbuídos na escrita de Sineide. Para Kambeba (2020, p. 91), cujo povo Omágua Kambeba vive os fluxos da Floresta e dos rios da Amazônia da mesma forma que o povo Macuxi de Sineide, compreender “a pedagogia do rio, da mata e da terra” é se deixar “ensinar pela natureza”.

E é isso que a narrativa de Sineide faz: leva a\o leitor\,a, através da aventura das suas protagonistas, a essa pedagogia do rio, assumindo, na escrita, a “função de formação humanizadora” tradicionalmente posta na contação de histórias orais nas comunidades indígenas (Melo, Costa, 2019, p. 40). Exemplificando ainda o caráter das composições indígenas que privilegiam a oralidade e que, segundo Rosana Rodrigues

Silva (2022, p. 80), investem na “recorrência de termos indígenas, na descrição de personagens crianças nativas, na narrativa de aventuras, plena de animismo e excursão pela floresta.” Contos de aventura, esses, que têm crianças como “protagonistas de conhecimento”, nos quais a vida na aldeia aparece “como um espaço de aprendizado e vivência da ancestralidade.” (Silva, 2022, p. 78).

Nesse espaço cotidiano de aprendizagem prática, por sua vez, os anciãos encarnam a tradição. Sobre isso, analisando *Quando cai a noite* de Eliane Potiguara, Melo e Costa (2019, p. 41) dizem que passado, presente e futuro se manifestam em diálogo intergeracional:

“em uma lição sobre a importância da ancestralidade, a criança busca a sabedoria da avó para compreender as inquietações que lhe assaltam a mente. Na sequência, a criança pede que a avó lhe conte uma história. Nessa sobreposição de narrativas, o passado se imiscui no presente, trazendo esclarecimentos para as dúvidas e compreensão das dinâmicas da vida para o universo da criança.”

Nesse sentido, além do passado-presente estarem entrelaçados, não necessariamente com o segundo sendo resultado do primeiro, a tecitura literária associa ancestralidade e linhagens femininas, com as figuras maternas anciãs desempenhando o papel de guardiãs das histórias que definem as identidades de seu povo. Fenômeno que podemos ver em *As Jovens Guerreiras moroopai...* quando as protagonistas afirmam que: “viver na natureza é um momento sublime, só sabe quem tem essa permissão, o que é sentir o quentinho no coração, o abraço da mãe” (Macuxi, 2023, p. 07). E assim ancestralidade, matriarcalidade e identidade se conectam.

“Desde muito cedo, as guerreiras sabiam de suas atividades. Elas tinham prazer em cumprir as tarefas no coletivo, pois assim se vive nas aldeias e comunidades. Aprenderam com suas mães a lidar com os afazeres, tornando tudo mais fácil com a amizade e a companhia umas das outras. Logo cedo se aprende na aldeia, observando os mais velhos, a família, a responsabilidade adquirida no convívio diário com os adultos na realização das atividades. Sentiam entusiasmo em aprender os costumes, a lidar com as atividades do dia a dia, pois, em comunhão com os parentes, se sentiam preparadas para a vida.” (Macuxi, 2023, p. 07)

Em suas tecituras, dessa forma, Sineide segue o caminho aberto por Eliane Potiguara, respondendo também à chamada que Márcia Kambeba (2020, p. 96) faz a\os escritoras\es indígenas para que escutem os sábios, os anciãos, guardiões das narrativas, que falam “com a voz da cultura, experiência e resistência sofrida; e nós, que nesse novo tempo resistimos pela escrita, necessitamos beber da fonte desses sábios para pensarmos melhores estratégias para o hoje.” Respondendo a esse chamado, Sineide escreve:

“Espírito dos nossos ancestrais nos trazem sabedoria e força para defendermos nossa terra, nosso lugar ancestral; que a cada dia de nossas vidas possamos aprender a caminhar pela floresta, reconhecendo e respeitando os seres que nela vivem. Continuemos corajosas, para que possamos viver protegendo upaatakón.” (Macuxi, 2023, p. 08)

Ancestralidade e Identidade na Literatura Indígena:

A ancestralidade assim surge como mestra, defensora, guia no trajeto de pessoas indígenas cujas histórias são atravessadas pelo colonialismo e que, despontando nos aprendizados culturais, é transplantada para a Literatura, inspirando resistência e dando voz à imaginação que é, em si, uma arma de reivindicação de histórias tomadas pela invasão colonial (Esbell, Berbert, 2020), transfigurando-se em um manifesto pela reparação histórica de heranças culturais roubadas.

Em sintonia com essa percepção, em *As Jovens Guerreiras Moroopai o Mundo dos Encantados* a ancestralidade é celebrada por laços de afetividade feminina em ensinamentos que preservam e exaltam a cultura e as vivências macuxi, em uma circularidade de ação narrativa inserida em cosmovisões de tempos cíclicos. Assim, ao reinventar sua infância a partir de sua experiência de retorno ao território ancestral enquanto adulta, Sineide cria uma história na qual passa a se inserir na tradição macuxi, alicerçando sua identidade enquanto mulher indígena em retomada. Ela (re)constrói então a História pela Ficção, coabitando, no dizer de Oliviere-Godet (2020, p. 159), ancestralidade e contemporaneidade em uma reapropriação memorial e uma tomada de consciência política e cultural.

Lida no Brasil principalmente por estudos que têm por base epistemologias de terreiro e afrocentradas, a ancestralidade é ora vista como uma categoria analítica, ora como um princípio filosófico (Oliveira, 2012; Machado, 2014; Bernardo, 2018), recusando o enquadramento em moldes cartesianos de conceituação. Sua própria elaboração em língua portuguesa é já em si uma tradução cultural reducionista, que quer prender em uma única palavra noções distintas de diferentes culturas, de diferentes continentes. Simas e Rufino (2020, p. 09) já afirmaram que nas epistemologias que alimentam e se alimentam do encantamento como política a “dimensão da ancestralidade” é um dos fundamentos éticos para diferentes formas de expressão. Essa também é uma importante propriedade nas cosmovisões indígenas, pois, segundo Cunha (2023, p. 04), a ancestralidade indígena é “um vínculo jurídico e cultural estabelecido entre as pessoas antepassadas e as pessoas do povo ou da comunidade indígena presente, equivalente a uma herança histórica, passada de geração em geração.” Logo, a transmissão de saberes intergeracionais se assume como um elemento vital na ancestralidade enquanto práxis e ética, e um que é sublinhado por escritoras\es indígenas contemporâneas\os e muito forte no conto de Sineide. Em determinado momento, quando as protagonistas voltam para a aldeia após o acidente de Sakuta, elas apresentam o acontecido aos anciãos que:

“conversaram com as guerreiras, orientando as jovens a não ficarem no rio sem a presença dos mais velhos e mais experientes na floresta. É que com as águas do rio, mesmo conhecendo os desafios da natureza, precisamos contar com a experiência dos parentes. Kapoi, a mãe da Sakuta, falou: ‘Vocês são preciosas para nós, para nossa comunidade, exemplo para outras jovens que estão crescendo. A natureza nos traz desafios. Estejam sempre atentas, meninas.’” (Macuxi, 2023, p. 08)

Dessa forma, os anciãos se apresentam e são interpretados como a voz da experiência, como veículos para saberes ancestrais a serem repassados para novas gerações; enquanto isso “as garotas aprenderam desde muito cedo o papel de cada pessoa na comunidade” (Macuxi, 2023, p. 09), em uma relação na qual cada personagem é valorizada tanto por si quanto como parte da comunidade. As palavras de Kapoi, inclusive, declaram o quanto as protagonistas são estimadas também como modelo para

as meninas ainda mais jovens, devendo assumir sua responsabilidade de serem, elas mesmas, sementes da ancestralidade.

Nesse sentido, Sineide se aproxima de Aline Pachamama (2020, p. 26) quando esta afirma que “a partir de nossas inquietações, escrevemos. Para honrar nossas ancestrais, escrevemos. Escrevemos porque há uma floresta em nós, afetos e uma luta. Escrevemos para desconstruir registros colonizadores”. Pachamama coloca, então, a honra à ancestralidade como uma função fundamental da escrita indígena, e uma que age como contranarrativa à História colonial, e que se embebe em tradições de afetividade e matriarcalidade. Faz isso assumindo um Eu-lírico coletivo comum a autore\as indígenas que falam\escrevem por sua comunidade e que Trudruá Dorrico (2017) chama de Nós-lírico. Da mesma forma, quando Márcia Wayana Kambeba (2020, p. 92) diz que “Transcritos para livro, eterniza-se o pensamento e a voz desses que mais tarde se tornaram nossos espíritos ancestrais,” ela se alinha não apenas ao pensamento de Pachamama, mas ao de Davi Kopenawa (Mandagorá, 2020) que coloca a escrita, considerada um instrumento pobre para alcançar as cosmovisões que ultrapassam as limitações ocidentais, a serviço da preservação da ancestralidade. Mas para Kambeba (2020, p. 95), o ato de escrever é em si um de sintonia com a ancestralidade, no qual o escritor se posiciona para ser “guiado pela espiritualidade que em nosso corpo-território habita”.

Pensando em termos estéticos, por sua vez, Trudruá Dorrico (2017, p. 216-226) considera a ancestralidade como importante matéria-prima literária: aquela que transforma o Eu-lírico do autor indígena, individual e isolado, em um Nós-lírico tecido a partir de repertório cultural e diálogos da comunidade e que estabelece o sujeito narrador da escrita indígena na primeira pessoa do plural. Esse Nós-lírico, alicerçado pela tradição ancestral, seria, pois, a matriz para a beleza da escrita indígena, permeada de uma resistência à violência histórica e entrelaçada com o sagrado da palavra oral. E podemos encontrá-lo desde os ensaios de Kambeba (2020) e Pachamama (2020), até obras com função didática e historiográfica, elaboradas por professores indígenas e nas quais a voz narrativa é coletiva: caso de *No Reino da Assunção, Reina Truká* (Organização das Professoras Truká, 2007), de autoria das professoras truká, que se propõe a ser um documento para a história do povo, valorizando e registrando a tradição

oral vinda dos Encantados e preservada pelos anciãos; caso também de *Kapinawá – Territórios, Memórias e Saberes* (Professoras e Professores Kapinawá, 2016), no qual a história kapinawá é contada por eles próprios em intersecção com discussões sobre geografia, rituais, práticas e cultivos tradicionais. Nas páginas desses dois livros, os saberes e as memórias são indissociáveis da História e ao mesmo tempo em que preservam tradições, comemoram os ancestrais e anciãos, também se preocupam com o ensino das novas gerações.

Por outro lado, escritoras e escritores em retomada, mais do que honrar e preservar as tradições, muitas vezes precisam reivindicar seu direito à ancestralidade. Isso porque sua identidade indígena é constantemente disputada e desafiada por discursos que querem prendê-los em uma imagem estereotipada congelada no passado: a caricatura do “índio genérico” que reduz todas as diferentes culturas em suas diversificadas trajetórias históricas a uma imagem neolítica (Silva, 2023). Sujeitos históricos em retomada são especialmente vitimados por esse discurso que lhes nega a própria identidade indígena caso vivam em cidades, caso assumam papéis sociais tidos como modernos (Leal, Farias, 2025). Nesse contexto, mulheres e homens indígenas em processo de retomada identitária, que fazem o *retorn to self* literário como quer Dillon (2012), o fazem para se reconstruir, para resistir, e para reclamar seu direito a um passado e a uma ancestralidade negados pelo colonialismo, repatriando-se depois da espoliação histórica.

Tal é a trajetória, por exemplo, de Trudruá Julie Dorrico que, em trabalho poético, tenta transpor seu Eu-lírico em Nós-lírico. Na apresentação que escreve para *Eu sou Macuxi e outras histórias* (Dorrico, 2019), Daniel Munduruku (2019, p. 10) diz dela que “se deixar habitar pela memória ancestral que a incomodou desde sempre, fazendo-a reconstruir a memória abandonada num canto quadrado do pensamento cartesiano.” Ou seja, para se encontrar no repertório cultural que é seu de direito, a poeta precisou ultrapassar os limites das estruturas de pensamento impostas pela colonialidade, “esvaziando-se” para fazer o caminho de volta à ancestralidade. E Dorrico registra essa jornada em poemas que reforçam a indissociabilidade entre identidade, ancestralidade e matriarcalidade: “eu sou filha de Makunaima\ que criou minha vó” (Dorrico, 2019 p,

17). Em outro momento canta: “um dia minha mãe decidiu me criar mulher”, e já desde sua dedicatória celebra linhagem feminina integrada à ancestralidade:

“Para todos (crianças, jovens e adultos) que buscam sua ancestralidade. Aos pemon (macuxi) que um dia criaram minha bisavó, Clarice Raymond, que criou minha vó, Celine Miguel, que criou minha mãe, Julia Dorrico, as plantadoras de mandioca e pimentinhas;” (Dorrico, 2019, p. 06)

Nessa tradição de pensadoras\es que celebram a ancestralidade como um direito no qual residem histórias e identidades – direito caracterizado como uma encruzilhada na qual passado, presente e futuro se interconectam – é que se insere Sineide Macuxi cuja identidade é construída, na escrita, em conexões ancestrais: na apresentação de sua dissertação de mestrado ela invoca tais conexões ao citar a afirmação de Graça Graúna de que é no processo de escrita de si mesma que dá conta de sua ancestralidade (France, 2024, p. 15). E nela também a intersecção entre identidade e ancestralidade está na afirmação do Feminino, seguindo a linha da reivindicação de uma autoria coletiva e feminina feita pelas professoras truká, mas também pelas poetisas Eliane Potiguara, Graça Graúna e Márcia Wayana Kambeba que, junto com Sineide e várias outras, estão presentes no *Álbum Biográfico Guerreiras da Ancestralidade – Mulherio das Letras Indígenas 2022* (Potiguara, Ratton, 2022), um manifesto de resistência e liderança feminina indígena na Literatura.

Contemplado com o Prêmio Jabuti em 2023, totalmente produzido em palavras, ideias e designs pelo coletivo Mulherio das Letras Indígenas, o *Álbum* foi organizado por Eva Potiguara e Vanessa Ratton e construído a partir dos textos e histórias de dezenas de autoras, cada uma das quais apresenta sua biografia e contribui com um escrito. E apesar da diversidade, a poética da obra compartilha de um foco, evocando as intersecções entre identidade feminina e escrita da ancestralidade, com suas sete curadoras, que em si já exemplificam esse trabalho em coletivo, enfatizando tanto o protagonismo quanto o olhar feminino como sujeitos e objetos da obra:

“Desde o projeto gráfico, ao designer, aos escritos e edição, tudo feito por nossas parentas, num clima de cooperação e amorosidade. Somos uma rede de irmãs em marcha pela visibilidade de todas sem distinção, com muita honra e a força de nossos encantados. As letras

indígenas, aqui registradas, são escritas insubmissas existenciais de nossas manas, em diversos gêneros textuais (poesia, conto, crônica) sem fins lucrativos.” (Pimentel et al, 2022, p. 10)

Assim, o coletivo apresenta sua agenda de resistência política através da Literatura na qual afetividade e sororidade são indissociáveis da preservação da ancestralidade e da afirmação identitária. Elementos esses, de um protagonismo de linhagens femininas, já presentes na obra daquela que é considerada a primeira escritora indígena do Brasil: Eliane Potiguara (Schulze; Saavedra, 2020, p. 53; Melo, Costa, 2019, p. 38). E se tais laços dificilmente estão restritos à literatura indígena – de fato, diversas são as autoras ocidentais que fazem o que Leila Almeida (2019, p.12) define como “leitura genealógica feminina” – eles aparecem com especial vigor na definição das próprias identidades das autoras indígenas brasileiras e com características todas próprias: pois enquanto nas narrativas feminino-genealógicas ocidentais muitas vezes as protagonistas constroem suas identidades enquanto mulheres em confronto com a de mãe e avós, em processos de se parecer, mas também se diferenciar de suas genitoras (Almeida, 2019, p. 12), na literatura indígena brasileira contemporânea o estabelecimento da identidade feminina não se dá pela tensão, mas pela afinidade e pela identificação com as matriarcas como guardiãs da ancestralidade, e, como é possível ver ao longo de *As Jovens Guerreiras Moroopai o Mundo dos Encantados*, também por um forte sentimento de sororidade:

“Sob o olhar carinhoso e protetor das maamapikcon², as tarefas seriam na aldeia. Todas estavam atentas aos passos das garotas. Iniciaram o dia com suas mães, colocando a mandioca no tipiti, espremendo para o preparo da farinha; moquearam o peixe, tomaram o mingau, correram, brincaram, dançaram com as crianças da comunidade e subiram no pé de caimbé, cheias de alegria.” (Macuxi, 2023, p. 08)

Assim, a normalidade do cotidiano é de alegria no compartilhamento do trabalho entre irmãs e na proteção mútua e assistida pelas ancestrais vivas em um ciclo que garante que as meninas venham a se tornar, um dia, elas também ancestrais, após assumirem o papel que lhes cabe por direito, o de mulheres plenas: “No futuro, serão

² ‘Mamães’, segundo o glossário macuxi-português disponibilizado pela autora no conto.

mulheres grandiosas, lideranças para o povo, xamãs, mães, grandes guerreiras, dando voz aos valores ancestrais!” (Macuxi, 2023, p. 09)

Considerações Finais

Sineide Macuxi, na epígrafe que abre sua dissertação, passa, mais uma vez, a voz a Graça Graúna quando essa canta: “Porque a palavra indígena sempre existiu, na esperança de cultivar o direito de sonhar e a liberdade de expressão, sempre” (Graúna, 2013, apud France, 2024, p. 15). Ambas enfatizam, aí, o poder da criação literária na construção do direito indígena à esperança. E esse papel político-poético da imaginação Graúna (2014, p. 29) transforma, em outro momento, em um haicai: “Utopia é cantar/ uma trajetória possível/Pindorama”; e Jaider Esbell traduz em ferramenta de resistência ao dar à imaginação o poder de “criar mundos” (Esbell, Berbert, 2020). Um poder, esse de criar trajetórias utópicas possíveis, que está também nas páginas do Futurismo Indígena (Dillon, 2012; Silva, 2025).

Nesses paralelos, perfeitamente sintonizados, a criação artística se configura como arma contra a realidade da colonialidade que tenta ceifar o Tempo dos povos originários, apagando passados para “limitar suas possibilidades no presente e liquidá-las no futuro” (Gohl, 2023, p. 26). A imaginação leva, assim, à reconstrução de passados, criando, como quer Grace Dillon (2012), mundos indígenas liberados pela imaginação. Uma liberação que passa pela subversão, entre outras coisas, das temporalidades ocidentais. E quando Olivieri-Godet (2020, p. 160), falando de Eliane Potiguara, diz que essa poeta “faz da escrita uma arma tática para se reconstruir como mulher ameríndia, enfrentar a realidade e projetar um futuro para os ameríndios no Brasil,” ela inspira leituras não só de Potiguara, mas também de Graúna, de Kambeba e de Sineide Macuxi; de atos/processos/poéticas de resistências através da retomada e da reivindicação do direito à ancestralidade indígena na Ficção/História. Lemos nelas um desejo de recriar não apenas o futuro, mas o passado através de atos e poéticas que se alicerçam na afetividade, nos laços comunitários, no ensinamento e aprendizado das tradições; em movimentos artísticos e políticos construídos também sobre a intersecção do gênero, mostrando, como quer Emil Keméh (Escalante, 2015, p. 17), a intrínseca relação entre produção textual indígena e movimentos sociais.

Atos e poéticas alicerçados, sobretudo, na ancestralidade que é matéria-prima básica da criação estética tanto quanto do encantamento do cotidiano: espaço de ensino e aprendizagem, fonte de beleza e direito inalienável para aqueles que reivindicam a restituição de suas heranças culturais. Assim, quando Eliane Potiguara (2022, p. 181-182) afirma que todas as variantes que compõem a chamada “cultura ancestral” estão interligadas pelos mesmos referenciais básicos, que são “o território ancestral, o espaço ético, mítico, místico, mágico, natural e sagrado da ancestralidade, guarnecidos pela educação tradicional transmitida pelos anciãos e anciãs e renovada pelos mais jovens através da educação formal,” ela está resumindo a conexão entre ancestralidade, resistência e identidade.

E nesse locus de poética e práxis é que lemos *As Jovens Guerreiras Moropai o Mundo dos Encantados* como um instrumento de reivindicação a uma ancestralidade; como construção estética de um passado-que-deveria-ter-sido e na qual a temporalidade não-linear mistura vivências do presente para construir memórias ancestrais e reforçar a reivindicação de uma identidade completa, com sonhos, memórias, projetos de futuro. Sobre isso, diz Sineide, em seu poema no *Álbum Biográfico...*:

“Sou indígena, nativa, originária\Tenho a ancestralidade dentro de mim\
Sinto o pulsar dos encantados\Da maama natureza\Do grande amooko, percorrerem\Em minhas veias” (France, 2022, p. 177)

Referências

- ALMEIDA, Lélia. Linhagens e ancestralidade na literatura de autoria feminina. *Signo*, 29, 47, 2019.
- BERNARDO, A. S.. A Lenda e a Lei: A ancestralidade afro-brasileira como fonte epistemológica e como conceito ético-jurídico normativo. *Odeere*, 3(6), 226–250, 2018.
- CAPPELLARI, Jaqueline. *(Re)existência como resistência: a literatura de Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kambeba*. Florianópolis, 2022. Tese (doutorado em Centro de Comunicação e Expressão) - UFSC.
- CUNHA, Luis E. B.. A Proteção da Ancestralidade Indígena como uma Forma de Proteção a Defensoras e a Defensores de Direitos Humanos: case do povo Xukuru. In: MARCONI, Cláudia et al (orgs). *Políticas Europeias para Democracia e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Dialética, 2023, Vol. 1, p. 421-442.

DANNER, Leno F.; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Literatura indígena entre tradição ancestral e crítica do presente: sobre a voz-práxis indígena em termos estético-literários. *Scripta*, v. 24, n. 50, p. 205–256, 2020.

DILLON, Grace L. Imagining Indigenous Futurisms. In: DILLON, Grace L. *Walking the clouds - An anthology of Indigenous Science Fiction*. Tucson: The University of Arizona Press, 2012, Pp. 01-14.

DORRICO, Julie. A oralidade no impresso: o 'eu-nós lírico-político' da literatura indígena contemporânea. *Boitatá*, v. 12, n. 24, p. 216–233, 2017.

DORRICO, Julie. *Eu sou Macuxi e Outras Histórias*. Nova Lima: Editora Caos & Letras, 2019.

DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno F (Orgs.). *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Autoria, Autonomia, Ativismo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno F; CORREIA, Heloisa; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Criação, Crítica e Recepção*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

ESBELL, J. Arte indígena contemporânea e o grande mundo. *Select*, n. 39, ano 7. pp. 98-103, 2018.

ESBELL, Jaider. Índios: identidades, artes, mídias e conjunturas. *Revista Em Tese*, v.22, n.2, p.11-19, 2016.

ESBELL, Jaider; BERBERT, Paula. Arte indígena contemporânea: imaginar é criar mundos com Jaider Esbell e Paula Berbert. Museu de Arte Moderna. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://mam.org.br/evento/live-arte-indigena-contemporanea-imaginar-e-criar-mundos-com-jaider-esbell-e-paula-berbert/> Acesso em: 27 fev. 2026.

ESCALANTE, Emilio del Valle (Emil Keméh). Teorizando Las Literaturas Indígenas Contemporáneas: Introducción. In: ESCALANTE, E. (org). *Teorizando las literaturas indígenas contemporáneas*. Chapel Hill: University Of North Carolina Press, 2015, Pp 10-20.

FRANCE, Sineide A. do Nascimento. *Pantonikon que “entram por um ouvido e não saem pelo outro”: leitura da literatura Indígena em sala de aula*. Nazaré da Mata, 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Campus Mata Norte, UPE.

FRANCE, Sineide. Sou indígena, nativa, originária. In: POTIGUARA, Eva; RATTON, Vanessa (orgs). *Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas*. Guarujá: Amare, 2022, Pp. 177.

GOHL, Helena. *“O Futuro Já é o que Somos”: Temporalidades, Identidades e Demandas do Presente nas Produções Artísticas do(S) Futurismo(S) Indígena(S) No Brasil*. Florianópolis, 2023. Dissertação (Mestrado em História) – PPG-História, UESC.

GRAÚNA, Graça. Educação, literatura e direitos humanos: visões indígenas da lei 11.645/08. *Educação & Linguagem*, 14.23/24, pp. 231-260, 2011.

GRAÚNA, Graça. *Flor da Mata*. Belo Horizonte: Penninha Edições, 2014.

GRAÚNA, Graça. Literatura indígena no Brasil contemporâneo e outras questões em aberto. *Educação & linguagem*, 15.25, pp. 266-276, 2012.

KAMBEBA, Márcia. *Ay Kakyri Tama: Eu Moro na Cidade*. Belo Horizonte: Jandaíra, 2018a.

KAMBEBA, Márcia. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno; CORREIA, Heloisa; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Criação, Crítica e Recepção*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018b, pp. 39-44.

KAMBEBA, Márcia Wayna. O olhar da palavra: Escrita de resistência. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno (Orgs.). *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Autoria, Autonomia, Ativismo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, Pp. 86-97.

KMAIKYA-Histórias Indígenas *Conheça Refração com Sineide France Macuxi!*
Disponível em:
https://www.instagram.com/reel/DH6w8LpSWkn/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA== . Acesso em: 27 fev. 2026.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEAL, Izabela; FARIAS, Marina. Poema de Amor Pós-Colonial e O vento espalha minha voz originária: possíveis confluências entre as poéticas de Natalie Diaz e Eliane Potiguara. *Moara*, N. 68, e6817, 2025.

MACHADO, Adilbênia. Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana e práxis de libertação. *Revista Páginas de Filosofia*, v. 6, n. 2, p. 51-64, 2014.

MACUXI, Sineide France. As Jovens Guerreiras moroopai o Mundo dos Encantados. In: SANTOS, Ana et al. *Refração*. Brasília: Auá Editorial, 2023, Pp-07-08.

MACUXI, Sineide France; COSTA-MACIEL, Debora. *Indigenateca – Biblioteca Virtual Indígena*. Nazaré da Mata, 2024. Disponível em: https://www.canva.com/design/DAF8-s4FwPI/CedOe_V8-m2rhjY_w2yH0Q/edit
Acesso em: 27 fev. 2026.

MANDAGORÁ, Pedro. Ver com os olhos: Representação e A Queda do Céu. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno (Orgs.). *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Autoria, Autonomia, Ativismo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, Pp. 262-269.

MELO, Carlos A. COSTA, Heliene R. Espiritualidade e Ancestralidade Indígenas em A Cura da Terra, de Eliane Potiguara. *Verbo de Minas*, v. 20, n. 36, p. 31-47, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. O Caminho de Volta. In: DORRICO, Julie. *Eu sou Macuxi e Outras Histórias*. Nova Lima: Editora Caos & Letras, 2019.

OLIVEIRA, Eduardo. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, 18, p. 28-47, 2012.

OLIVIERI-GODET, Rita. A emergência de autores ameríndios na literatura brasileira. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno (Orgs.). *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Autoria, Autonomia, Ativismo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, Pp. 133-168.

OLIVIERI-GODET, Rita. Graça Graúna: a poesia como estratégia de sobrevivência. *Interfaces Brasil/Canadá*, 17,3, pp. 101-117, 2017.

ORGANIZAÇÃO das Professoras Truká. *No Reino da Assunção, Reina Truká*. Belo Horizonte: Fale\UFMG. 2007.

PACHAMAMA, Aline R.. Boacé Metlon - Palavra é coragem. Autoria e ativismo de originários na escrita da História. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno (Orgs.). *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Autoria, Autonomia, Ativismo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, Pp. 26-40.

PIMENTEL, A.; KAYAPÓ, A.; BORUN-KREN, B.; D'MARIA, C.; POTIGUARA, E.; KAMBEBA, M.; TREMEMBÉ, T. Curadoria. In: POTIGUARA, Eva; RATTON, Vanessa (org.). *Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas*. Guarujá: Amare, 2022, Pp-10.

POTIGUARA, Eliane. Mulheres indígenas sempre foram guerreiras: feminismo e meio ambiente, olhar histórico e político. In: MUNDURUKU, Daniel (org). *Jenipapos: diálogos sobre viver*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2022.

POTIGUARA, Eva; RATTON, Vanessa (org.). *Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas*. Guarujá: Amare, 2022.

Revista de Letras Norte@mentos

34

Dossiê "Vozes identitárias da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária.", Sinop, v. 19, n. 57, p. 15-35, jun. 2026.

PROFESSORAS e Professores Kapinawá. *Kapinawá – Territórios, Memórias e Saberes*. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2016.

SCHULZE, Peter W.; SAAVEDRA, Carola. *Literatura e Arte Indígena no Brasil. Cadernos do Instituto Luso-Brasileiro 2*. Colônia: Instituto Luso-Brasileiro, 2022.

SILVA, Kalina V.. Currículo de História, Ensino de História Indígena e Direitos Humanos: Refletindo sobre o Lugar Indígena no Ensino Dez Anos após a Promulgação da DNEDH. *Humanidades & Inovação*. Vol. 10, n.3, 2023.

SILVA, Kalina V.. Filosofias Estético-Políticas como Resposta aos Apocalipses Coloniais: Futurismos Indígenas a partir de Turtle Island. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, 25(40), 281–318, 2025.

SILVA, Karina de O.. *Sementes do cinema indígena*. Porto Alegre, 2019. Trabalho de conclusão de curso (História da Arte) – UFRGS.

SIMAS, Luiz; RUFINO, Luiz. *Encantamento: sobre Política de Vida*. Rio de Janeiro: Editorial Morula, 2020.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

SILVA, Rosana R.. Literatura infantil indígena e os saberes da ancestralidade: no caminho da aldeia, com Olívio Jecupé e Daniel Munduruku. In: PEREIRA, Danglei de C.; OLIVA, Luzia A. (orgs.). *Literaturas de autoria indígena*. Brasília: Universidade de Brasília, 2022, pp. 78-89.

SOARES, Laís. *Memórias e identidades indígenas na poética de Graça Graúna*. Uberlândia, 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – UFU.

SOUTO, Rinah de A.; ALVES, José Hélder. Flor da Mata: Reverberações Estéticas de Conhecimentos Indígenas da Natureza em Haicais de Graça Graúna. *Diadorim*, vol. 24, número 1, p. 505 - 517, 2022.

TABAJARA, Auritha. *Coração na Aldeia, Pés no Mundo*. Lorena: Instituto Uk'a. 2018.

THIEL, Janice C. *Pele Silenciosa, Pele Sonora: a construção da identidade indígena brasileira e norte-americana na literatura*. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em Letras) – UFPR.

Recebido em 15/04/2026

Aceito em 23/07/2026